

**A. I. Nº** - 232948.0065/17-7  
**AUTUADO** - JCE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. - EPP  
**AUTUANTE** - AVELINO PEREIRA DOS SANTOS FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 28.05.2018

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0072-02/18

**EMENTA:** ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NOTAS FISCAIS. FALTA DE REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. MULTA DE 1%. Infração não elidida. 2. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. FALTA DE ENTREGA DO ARQUIVO ELETRÔNICO DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. Infração caracterizada. Rejeitada a preliminar de nulidade. Não foi acolhido o pedido de redução ou cancelamento de multa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 28/09/2017, para constituir o crédito tributário de ICMS no valor histórico de R\$38.258,26, imputando ao autuado as seguintes irregularidades:

INFRAÇÃO 01 - 16.01.01. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias, bens ou serviços, sujeitos à tributação sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de novembro de 2014, julho a dezembro de 2015, fevereiro, abril a junho e agosto a outubro de 2016. Foi indicada multa no valor de R\$ 998,26, equivalente a 1% do valor comercial das mercadorias não registradas.

INFRAÇÃO 02 - 16.14.02. Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital - EFD - nos prazos previstos na legislação tributária. Fato ocorrido nos meses de outubro a dezembro de 2014, janeiro a dezembro de 2015 e janeiro a dezembro de 2016. Foi indicada multa no valor de R\$1.380,00, por mês, totalizando R\$ 37.260,00.

O autuado apresenta defesa (fls. 35 a 37) e, após demonstrar a tempestividade da impugnação e fazer uma síntese dos fatos, passa a impugnar o lançamento conforme relatado a seguir.

Ao tratar “Do Direito”, em preliminarmente explica que o lançamento de ofício deve conter motivo, forma prescrita em lei, finalidade pública, sujeito competente e objeto. Em seguida, afirma que o Auto de Infração contém todos esses objetos e que acata as infrações nele contidas. Faz alusão ao disposto no artigo 142 do Código Tributário Nacional e, em seguida, tece considerações sobre o princípio do contraditório.

Ao adentrar no mérito, reconhece a irregularidade e acata a multa de 1% indicada na Infração 01.

Quanto à Infração 02, assim se pronuncia:

*“O contribuinte requer ao EGRÉGIO CONSEF a redução e/ou cancelamento destas multas, haja vista que não emitiu quaisquer documentos de saídas DANFES/DACTEs, e que este requerimento decorrer por falha da SEFAZ e do fisco em não INTIMAR de forma regular, nem de conceder o prazo para regularização das informações da EFD procedimentos estes permissíveis nos roteiros de fiscalizações, pois só soube da existência deste A.I. quando recebeu pelos correios, devido a ausência da ciência do mesmo ou do seu representante legal. O CONSEF já possui diversas decisões pacificadas de anulação destas multas ou redução para o percentual de 1% do valor cobrado, pois não foi constatado dolo ou má fé ou quaisquer simulações que implicasse no não recolhimento do ICMS”.*

Ao finalizar sua peça defensiva, solicita: a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, III, do CTN; a decretação da nulidade parcial do Auto de Infração, face à compensação do valor pago a mais, conforme diz ter sido aduzido no item 3.1 da defesa (“Do Direito”); a redução do débito tributário reclamado.

O autuante presta a informação fiscal, fls. 42 e 43, afirma que o defendente encontra-se com inscrição ativa, foi intimado via DTE (Domicílio Tributário Eletrônico) e estava regularmente credenciado desde o dia 12/07/16, conforme comprovam os documentos anexos (fls. 44 a 46).

Informa que, consoante os artigos 247 a 249, do RICMS-BA/12, a transmissão da EFD é obrigatória, independentemente de ter existido movimentação no estabelecimento. Transcreve o disposto nesses citados dispositivos regulamentares.

Pontua que, dessa forma, o autuado não pode pedir a redução/cancelamento das multas, visto que fora intimado a realizar a transmissão da EFD em 24/07/17, quando se encontrava em situação ativa e já estava credenciado no DTE desde 12/05/16.

Ao concluir, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente.

## VOTO

Inicialmente, observo que as infrações imputadas ao autuado foram descritas de forma clara e precisa, assim como estão acompanhadas das respectivas provas. O Auto de Infração está revestido das formalidades legais previstas, não ensejando qualquer violação ao devido processo legal e a ampla defesa do sujeito passivo. Não vislumbro, portanto, a existência de vício capaz de macular de nulidade o Auto de Infração ou o correspondente processo administrativo fiscal. Apesar de o defendente ter solicitado a nulidade do lançamento, verifico que em sua impugnação, ao tratar “Do Direito”, o contribuinte afirma que o Auto de Infração contém todos os objetos necessários à sua constituição e que acata as infrações nele contidas. Dessa forma, afasto qualquer hipótese de nulidade do lançamento de ofício em comento.

No mérito, quanto à Infração 01, em sua defesa o autuado reconheceu a procedência desse item do lançamento. Desse modo, a Infração 01 é procedente.

Quanto à Infração 02, o autuado não nega o cometimento da irregularidade que lhe foi imputada - falta de entrega de arquivos da escrituração fiscal digital -, porém argumenta que não emitiu qualquer documento fiscal, que não foi intimado para regularizar as informações da sua EFD e que não agiu de forma dolosa ou de má-fé, bem como pede a redução ou cancelamento da multa.

No que tange às intimações acerca da ação fiscal, o argumento defensivo não merece prosperar, pois o documento de fl. 14 comprova que o autuado foi regularmente notificado via DTE (Domicílio Tributário Eletrônico) a realizar a transmissão dos arquivos da sua EFD, sendo que nesse documento (intimação) o defendente foi informado que a falta da entrega da EFD o sujeitava ao pagamento da multa prevista na legislação.

Prevê o §2º do art. 249, do RICMS-BA/12, que eventual ausência de movimentação no estabelecimento não desonera o contribuinte de apresentar a EFD. Dessa forma, o fato de o autuado não ter emitido qualquer documento fiscal no período em tela não o desobriga de enviar os arquivos da sua EFD. É relevante observar que na intimação de fl. 14 o autuante informou esse fato ao autuado. Ademais, há que se salientar que nos termos do §2º do art. 251 do RICMS-BA/12, a retificação da EFD não terá validade jurídica quando o contribuinte esteja sob ação fiscal.

A alegada ausência de dolo ou de má-fé não é elemento capaz de elidir a acusação, pois, nos termos do art. 136 do Código Tributário Nacional, a responsabilidade por infração à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

O pedido de cancelamento ou a redução da multa, sob o argumento de que o autuado não teria sido emitido nenhum documento fiscal no período e que não teria agido de forma dolosa ou de

má-fé, não pode ser acolhido, uma vez que não há como se afirmar, com segurança, que o procedimento irregular do defendente não tenha implicado falta de pagamento de imposto, um dos requisitos para a redução ou cancelamento de multa por descumprimento de obrigação acessória, nos termos do §7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Em face ao acima exposto, a Infração 02 resta devidamente caracterizada e é devida a multa indicada no Auto de Infração.

Voto, portanto, pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232948.0065/17-7**, lavrado contra **JCE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. - EPP**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento das multas por descumprimento de obrigações acessórias no total de **R\$38.258,26**, previstas no artigo 42, IX, e XIII-A, “I”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios conforme estabelece a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 10 de maio de 2018.

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – JULGADOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR